

PALESTRA DE ENCERRAMENTO

FOTOGRAFIA: TRAÇO DE HISTÓRIA E DE VIDA

PHOTOGRAPHY: A TRACE OF HISTORY AND LIFE

Jofre Silva³⁶

A cultura visual contemporânea gera diferentes tipos de interação com a fotografia. Muitas imagens estão para ser vistas e não lidas ou comentadas, atesta Schaeffer (1996). Elas mostram coisas, sem levantar bandeiras ou significados nas entrelinhas, complementa Batchen(1997). Antecipando tais entendimentos, Julia Kristeva (1996) discute a importância de elaborar um modelo semiótico capaz de justificar a pertinência do desconhecido, mostrando como o misterioso pode ser organizado e explicado pela mente humana. Assim, tenta encontrar uma possibilidade de definir o inclassificável, obscuro, enigmático, intraduzível, incompreensível por meio de ciências formais (como, por exemplo, a linguística).

Em sintonia parecida, Michele Le Doeuff (1994) defende uma escrita que minimize o ar remoto e vago da escrita acadêmica, reabastecendo-a com coisas do tipo sonhos. Percebe histórias e narrativas contemporâneas contendo cada vez menos poesia, cada vez menos anjos, cada vez menos pássaros, cada vez menos mulheres, cada vez menos coragem. Enfatiza abstração, aos custos de pertinência e recusas de viagens do pensamento. Além disso, um evento observado se torna uma experiência envolvendo o observador. Não podemos mais prometer a verdade pelo método. Não podemos excluir o investigador (ou seja: o autor, sujeito, pesquisador) dos resultados da investigação, complementa Kristeva (Ibid.). Precisamos nos acostumar ainda com

³⁶ PhD em Fotografia: Arte & Design, pela Central Saint Martins, Universidade das Artes de Londres; com pós-graduação em Fotografia, no Goldsmiths' College, da Universidade de Londres. Pesquisador e professor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o grupo de pesquisa e laboratório PHADEC (Photography: art, design & communication): <https://phadec.eba.ufrj.br>.

os desvios e mudanças das coisas. Aprender a viver com ambiguidade, paradoxo e contradição, alerta Simone Weil (2005).

É comum ouvir pessoas que falam da realidade como uma coisa, uma situação que está solta por aí, como se existisse em algum lugar, pronta para ser percebida e decifrada. A fotografia, desde a sua origem, age como um procedimento importante para a formação dessa concepção. Inúmeros avanços tecnológicos e científicos da modernidade, inaugurada pelo pensamento racional cartesiano, validam o seu papel como um traço fiel e um tanto inquestionável da realidade.

Todavia, ao observar a semiótica Peirceana, o mundo real não existe. Para Peirce, a ideia de real e representação, mundo e signo, devem estar sempre já existindo um no outro. Em outras palavras, precisamos de signos para compreender o mundo e a vida dentro de nós. Derrida (1998, p.49) recupera a seguinte explicação para tal entendimento:

Peirce considera a indefinição de referência como o critério que nos permite reconhecer que estamos realmente lidando com um sistema de signos... A coisa em si é um signo... A chamada "coisa em si" é sempre já um representamen blindado da simplicidade da evidência intuitiva. O representamen funciona somente por dar origem a um interpretante que se torna um signo e assim até o infinito... A partir do momento em que há um sentido, nada mais existe, apenas signos.

Tratar a fotografia como um traço físico da realidade, imagem da verdade aparente de coisas ou de pessoas, causa tanto fragilidades quanto incertezas. Afinal, a condição indicial do signo fotográfico denota nada mais do que signos. A foto vira a representação de uma realidade que é em si nada mais que um jogo de representações, conclui Batchen (1997). Ao considerar o papel da fotografia como mediadora da interface entre o signo e objeto, Peirce argumenta, por exemplo, que o signo só pode representar o objeto e dizer isso; ele não pode fornecer familiaridade ou reconhecimento do objeto (CP 2.231). Ícones e índices não afirmam nada (CP 2.291). Como sugere Schaeffer (1996), o testemunho fotográfico, comumente usado nos meios de comunicação, só consegue mesmo promover uma curiosidade que, então, precisa ser rapidamente satisfeita com o texto, legenda ou fala. Em outras palavras, sem a estabilidade do signo linguístico a imagem apenas indica alguma coisa, sem oferecer qualquer garantia. Pode-se até presumir entendimentos, sem, contudo, assegurar um significado pleno e estável.

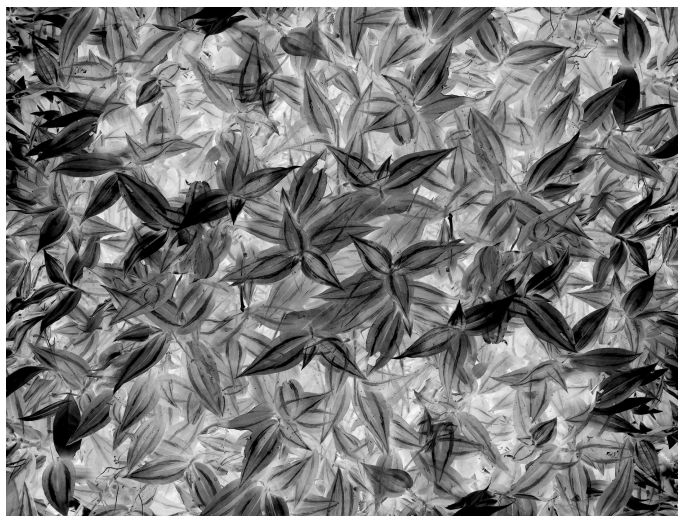


Imagem 1- Vinicius Machado. **Untitled**. Fotografia, 2014.

História

Barthes publica o livro “A câmara clara” (1984) e apresenta a fotografia como um registro, garantia de algo presenciado, testemunhado, mesmo quando mostra um elemento irreconhecível ou esquecido de nossas lembranças. Um certificado de presença, mais do que de aparência. Uma prova de que algo esteve na frente da câmera, por exemplo. Marca, traço de uma existência, da finitude humana, a imagem fotográfica toca o corpo: corta, fere e rasga; instaurando uma compreensão por meio de processos de subjetivação. Assim, o corpo, em sofrimento, consegue compreender o que importa saber de fato.

Por levar a experiência do contato com a foto para o plano da contingência histórica, Barthes reitera todo um esforço de sua atuação profissional em desmontar a “naturalidade” da dinâmica da vida disseminada pela arte, design, meios de comunicação, academia e outras instituições culturais como galerias e museus. Dois anos antes desse seu estudo, as aulas do autor no Collège de France são dedicadas para a compreensão do termo “Neutro”. A palavra, diz ele, não consegue explicar o mundo, serve apenas para aumentar sua ambiguidade, sem oferecer respostas ou sentidos; é usada para encenar ou teatralizar a nossa compreensão das coisas. Assim, considera o termo como um refúgio: espaço de paz para se descansar do jogo de oposições dialéticas tão comuns ao pensamento ocidental. O “Neutro” é uma atitude de

intensidade, que burla a atitude moral de escolher entre dois polos. Para Barthes, “não é um objetivo, um alvo: é uma travessia...” (2003, p. 30).

Conceitos de ‘tempo’, ‘memória’, ‘morte’, ‘conflito’, ‘traço’, ‘gesto’, ‘panorama’, ‘ambivalência’, ‘delicadeza’, ‘amor’ e ‘morte’ são esboçados na discussão do “Neutro” e depois retomados para tentar compreender a fotografia no livro “A câmara clara”. A imagem, por exemplo, ganha status de um “certificado de presença”, registro do “isto foi”, “memento mori”, lembrança de um instante passado, uma marca da finitude humana. Ser neutro é quase ser um índice; ou tudo o que esquiva, desmonta ou torna irrisórios a exibição, o domínio, a intimidação. Por meio do termo, Barthes (2003, p. 65) assinala seu território de prazer estético, o prazer do amador, prazer textual, mas também espaço ético: “o Amador reconduz seu gozo (amator: que ama e continua amando); não é de modo algum um herói (da criação, do desempenho); ele se instala graciosamente (por nada) no significante”.

Pensar na capacidade humana de interpretar imagens possibilita ainda aproximações com o pensamento de Michel Foucault quando questiona a soberania do sujeito sobre o processo de interpretação das coisas e das palavras. Pela exclusividade em deter o direito de explicar o mundo ao seu modo, Veyne (2011, p.178) destaca que “longe de ser soberano, o sujeito livre é constituído, processo que Foucault batizou como subjetivação: o sujeito não é ‘natural’; é modelado a cada época, pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações”.

Por não ser admissível ter discurso sem objeto, torna-se impossível pensar a existência do sujeito humano sem subjetivação. Moldado pelas condições de sua época, o sujeito é fruto de seu período histórico, mesmo quando reage aos signos pelo comando do pensamento. Além das relações de poder e de saber influenciando o comportamento do sujeito, a sua subjetividade determina a posição ética a ser adotada como cidadão e esboça seus hábitos, costumes, maneiras de fazer e se posicionar diante das coisas, conflitos, governos, ciências, religiões, sexos, loucuras etc. Embora os processos de subjetivação possam ser transformados em sujeição, submissão e dependência ao outro, Foucault aponta a possibilidade de resistência. As conjunções de poder e saber induzem a relação consigo a renascer em outros lugares e outras formas, mudando de modo, metamorfoseando-se, pois “o homem nunca deixou de se constituir na série infinita e múltipla de subjetividades diferentes e que nunca terão fim, sem que nunca estejamos diante de algo que seria o homem” (Ibid., p. 179).

Resistir e mudar, segundo Foucault (2012), são ainda caminhos para uma transformação de si por si próprio, um processo de estetização: capacidade de desenvolver técnicas para trabalhar sua dimensão interior. Por isso, enquanto a pessoa é obrigada a passar por processos de subjetivação, somente a vontade, o querer, leva à estetização ou seja a iniciativas de liberdade, tratadas como invenções e escolhas individuais. Tais respostas são encontradas no âmbito da cultura do próprio sujeito, “filho de seu tempo”. Para o autor, há uma característica de gratuidade nisso tudo, pois a estetização não tenta suprir uma necessidade ou cumprir uma finalidade específica. Parece mais um pretexto, um tipo de pulsão misteriosa, de energia para a tranquilidade da alma. Explica também que:

A contingência sempre nos fez ser o que éramos ou somos. O que é nem sempre foi; isto é, foi sempre na confluência de encontros, de acasos, ao longo de uma história frágil, precária, que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem sempre as mais evidentes (Ibid., p. 449).

Quando notamos registros fotográficos de caráter documental, com aparência realista das coisas, por exemplo, vale observar as considerações de Foucault sobre a experiência histórica, pois “fenômenos físicos, diferentemente do devir humano, apresentam regularidades repetitivas”. O conhecimento histórico é prisioneiro de sua própria história. Em toda época, o universo histórico não passa de caos de singularidades, de indivíduos e acontecimentos: o que nunca se verá duas vezes, explica. Por mais que se tente, não há como encerrar a descrição de uma coisa ou dissipá-la na universalidade dos códigos. Naturalmente, isso requer adquirir consciência da condição indefinida de uma descrição completa, sem perder de vista o rigor próprio ao domínio humano. Para Veyne (Ibid., p.142), essa atividade traz:

rigor identitário ao densificar a descrição... multiplicando os detalhes probatórios, os traços pertinentes que precisam o retrato do referente e permitem distingui-lo de acontecimentos que ofereçam um semelhança enganosa com ele. Graças a essa densificação, a esse entrecruzamento de pequenos fatos verdadeiros, evitamos naufragar em artefatos essencialistas sumários como raça, gênio nacional etc.

Visibilidade

Indiscutivelmente, identificar elementos cênicos (edificações, utensílios domésticos, laboratoriais, industriais etc.), bem como definir atmosferas ou ambientes (espaço urbano, rural,

espacial etc.) auxiliam na consolidação de um sentido para qualquer história visual contemplada. Entretanto, há mudanças em ritmos diferentes no modo como tudo isso chega ao plano do corpo, do desejo, do prazer ou da projeção da interioridade da espera. Para Foucault, a visibilidade não é só um objeto ou os elementos visuais das coisas; nem é imediatamente vista ou visível. O próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada dela, conforme explica Deleuze (2005), ao analisar a dinâmica do estrato do saber em sua teoria. A luminosidade ou a própria luz de uma fotografia, tanto quanto os sons, relâmpagos, reverberações e cintilações do plano visível impactam sobre a interpretação. Observamos com os olhos e a voz dos enunciados. Ainda:

como um regime de luz... existe, então, um “há” luz, um ser da luz ou um ser-luz, exatamente como um ser linguagem. Cada um é um absoluto e, no entanto, histórico...desta forma, as visibilidades não são nem os atos de um sujeito vidente nem os dados de um sentido visual...o visível não se reduz a uma coisa ou qualidade sensíveis, o ser-luz não se reduz a um meio físico... o tangível é uma maneira pela qual o visível esconde outro visível. As visibilidades não se definem pela visão, mas são complexos de ações e paixões, de ações e reações, de complexos multissensoriais que vem à luz... o que vê, e pode ser descrito visivelmente, é o pensamento (Ibid., p.66-68).

Quando pensa algo, a pessoa constrói uma relação consigo, própria, uma reflexão, constituindo, assim, a sua subjetividade. Essa relação consigo só se estabelece se efetuando, mediante consciência e conhecimento de si; afeto de si para consigo. Foucault (1993) recorre à cultura do “cuidado de si” dos gregos para compreender os processos de subjetivação. Dissipada e vinculada hoje aos sistemas educacional, pedagógico, médico e psicológico, a “cultura de si” permite formar atitudes sobre os outros e sobre nós mesmos. Estruturas autoritárias e disciplinantes, substituídas e transformadas em opinião pública e até especializada (como na mídia), por exemplo, alteram qualquer autonomia desfrutada pelos gregos.

As ciências humanas, por outro lado, defendem o conhecimento como caminho essencial para alcançar a consciência de si. Desta maneira, o “cuidado de si” assume a condição equivocada de uma individualidade pré-existente que está escondida e que precisa ser descoberta, liberada, cavada como uma verdade oculta de si. Por isso, o problema, observa Foucault, não é então liberar, mas considerar como o “cuidado de si” possibilita a elaboração de novos tipos de

relações consigo e de formas de pensamento; entendê-la como uma correlação de tecnologias construídas e desenvolvidas por meio de nossa história.

Se a visibilidade é definida pelo pensamento, conforme explica Deleuze acima (2005), há três dimensões consideradas por Foucault: a dos estratos do saber, relações formadas; a do diagrama do poder, relações de força; e a do lado de fora do pensamento, relação absoluta. Quando analisa os processos de subjetivação de Foucault, ou seja, “as dobras e o lado de dentro do pensamento”. Deleuze (Ibid., p. 112) identifica quatro pregas. Todas são variáveis: seguem ritmos diferentes e constituem modos irreduzíveis de subjetivação. A primeira, trata a causa material, da afrodísia, da vida ou do corpo, de nós mesmos. A segunda, a causa eficiente, do poder, da relação de forças, da regra singular, que não é a mesma coisa quando a regra eficiente é natural ou divina ou racional ou estética. A terceira, a causa formal, do saber, da verdade, daquilo que é verdadeiro com nosso ser; uma condição formal para todo saber, conhecimento. A quarta, a causa final, da ‘interioridade da espera’, na experiência do silêncio, do nada, do inominável, onde tudo desaparece. Nela, por exemplo, “o sujeito espera, de diversos modos, a imortalidade ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte, o desprendimento...”.

A transcrição do último curso de Foucault, em 1984, intitulado “A coragem da verdade”, publicada em formato de livro, em 2014, traz algumas considerações de Frédéric Gros sobre a referida experiência. Por exemplo, quando mostra aspectos da dinâmica dos processos de subjetivação e sua aplicação na formação do pensamento, Gros ressalta:

Foucault explica que as três dimensões – do Saber, do Poder e do Sujeito (ou antes: da verificação, da governamentalidade e dos modos de subjetivação) não são como três partes distintas que precisamos examinar cada uma por vez, como se fossem três domínios separados. Elas devem ser tratadas numa estrutura de chamamento: nunca estudar os discursos de verdade sem descrever ao mesmo tempo sua incidência sobre o governo de si ou dos outros; nunca analisar as estruturas de poder sem mostrar em que saberes e em que formas de subjetividade elas se apoiam; nunca identificar os modos de subjetivação sem compreender seus prolongamentos políticos e em que relações com a verdade eles se sustentam (2014, p. 306).

A fotografia desfruta de incrível atenção nesse momento histórico, dada a popularização dos dispositivos digitais, habilitando toda e qualquer prática de produção de registros de vidas, tempos e espaços. Sem sombra de dúvida, a semiótica abre caminhos importantes para a compreensão dessas marcas, traços de nossa existência, pensamentos e sentimentos.

Nesse extraordinário ambiente de reflexão, os processos de subjetivação manifestos no pensamento de Foucault ampliam os campos de investigação, permitindo cruzamentos com outros saberes e poderes que sempre afetam o corpo, desejo, prazer e espera. Conforme destacado acima, a visibilidade não é só o visível, uma vista de um objeto ou uma coisa, mas uma questão de vida.



Imagem 1- Iaê Stauffer. **Untitled**. Fotografia, 2016.

Referências bibliográficas:

BARTHES, Roland. **A câmera clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **O neutro**: anotações de aulas e seminários ministrados no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BATCHEN, G. **Burning with desire**: the conception of photography. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 1997.

CP: abreviatura usada como referência aos “Collected Papers” de Charles Sanders Peirce. O primeiro dígito indica o volume e o restante, o número do parágrafo.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Of grammatology**. Corrected Edition. London: The Johns Hopkins University Press, 1998.

DOEUFF, Michele Le. In: LECHTE, John. **Fifty key contemporary thinkers: from structuralism to postmodernity**. London: Routledge, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e subjetividade** (Howison Lectures). Revista de Comunicação e Linguagem, no. 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

_____. **Ditos e escritos IV**. Estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. Curso dado no Collège de France (1983-1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

KRISTEVA, Julia. **The Kristeva reader**. Edited by Toril Moi. Oxford: Blackwell, 1996.

PEIRCE, C. S. **Collected papers**. Vol. 1-3. Edited by C. Hartshorne and P. Weiss. Cambridge: Harvard University Press, 1931-33.

SCHAEFFER, J.M. **A imagem precária**. Campinas: Papyrus, 1996.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad.: Marcelo J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEIL, Simone. **Simone Weil's The Iliad or the poem of force: a critical edition**. Edited and translated by James P. Holoka. New York: Lang, 2005.